

Os projetos paralisados

Não poderia mesmo ter sido de modo diferente, dado o corporativismo existente na Casa: para responder às críticas dos ministros Jorge Bornhausen e Mârcilio Marques Moreira de que o Congresso Nacional é o responsável pelo atraso na adoção de medidas vitais para a reorganização da economia brasileira, o presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, reuniu os jornalistas segunda-feira para tentar demonstrar que a responsabilidade pela lenta tramitação de uma lista de projetos oriundos do Palácio do Planalto é do próprio governo.

"O que falta na Câmara é a presença do Poder Executivo, este é que tem a responsabilidade de mobilizar suas bancadas para votar os **projetos de seu interesse** (grifo nosso)" — disse, irritado, o deputado gaúcho.

O presidente da Câmara procurou mostrar os motivos pelos quais esses projetos estão quase ou totalmente paralisados: em um caso foram os relatores, da bancada governista, que ainda não apresentaram seus relatórios; em outro, foi o governo que alterou o projeto depois de apresentado; num terceiro, foi o Palácio do Planalto que desistiu do pedido de tramitação em regime de urgência, e assim por diante. Há até o caso do projeto de lei de modernização do sistema portuário, cujo relator, o deputado (e ex-ministro) José Reinaldo Tavares, do PFL, portanto da situação, apresentou um parecer com vários itens contrariando a orientação oficial.

Ninguém desconhece as dificuldades que o governo Collor teve para formar uma base sólida de sustentação parlamentar, dificuldades que ainda permanecem, mesmo depois da última reforma ministerial e da "limpeza" que o presidente fez no governo. Ninguém desconhece também o fisiologismo que grassa nas hostes situacionistas, muito maior e muito mais arraigado do que nos partidos de oposição, só superado pela banda querista do PMDB. Mas isso somente não explica o atraso nas deliberações do

Congresso em tudo que não se refira a interesses diretos dos parlamentares. Resoluções que aumentam os salários no Legislativo, no Judiciário e até no Executivo, por exemplo, que os beneficiam também, andam com uma velocidade incrível, enquanto a nova lei de propriedade industrial está lá desde abril e até hoje não ficou pronta para ser votada.

A desculpa de que o governo não se esforça, não reúne uma maioria para fazer seus projetos andarem, não tem sentido. O governo precisa de uma maioria para aprovar as suas propostas. A obrigação de fazer os projetos andarem, num bom ritmo, e de tomar uma decisão, a favor ou contra, endossando ou mudando o que o governo sugeriu, é do Congresso como um todo. Dos parlamentares da situação e da oposição. E agora, como a oposição diz ter maioria, pode deliberar prescindindo dos votos dos governistas, a culpa pelos atrasos é mais dela do que do governo.

Uma outra coisa que o presidente da Câmara precisa ter em mente é que não existe **projeto de interesse do governo**, como não deveria existir — embora existam — projetos do interesse de tal ou qual parlamentar, deste ou daquele grupo. O que há são projetos de **interesse nacional**, como se pode ver na pequena lista que Ibsen Pinheiro apresentou em sua entrevista e na lista muito maior que o governo tem de propostas que o Congresso deixa dormindo. E é em nome desse interesse, em respeito aos votos que receberam dos eleitores para representá-los, que os deputados e senadores deveriam vencer a preguiça e trabalhar um pouquinho mais para dar ao governo, com o máximo de urgência, os instrumentos de que ele necessita para vencer a inflação e tirar a economia do buraco.

Só depois que tiver dotado o País de um novo sistema tributário e fiscal, de uma nova lei de propriedade industrial, de um novo regime portuário e de outras reformas estruturais o Congresso terá moral para cobrar providências do Palácio do Planalto.